

INTERFACES DA MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO DE PORTUGUÊS COMO POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

GIOVANNA ARRUDA C. BUENO¹; ANDREA CRISTIANE KAHMANN³

¹*Universidade Federal de Pelotas – giovanna_arruda4@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – ackahmann@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda, a partir de reflexões teóricas e vivência docente, as interfaces entre o ensino da língua da comunidade hospedeira e a mediação linguística provida por iniciativas como a tradução comunitária, pondo em evidência políticas de acolhimento e integração de comunidades em situação de migração. As discussões teóricas derivam das leituras realizadas durante os encontros do projeto de pesquisa “Tradução, interpretação, mediação linguística e disseminação de informações à comunidade”, ao qual se vinculam as autoras, sendo a primeira bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq), e a segunda, coordenadora do projeto. Já a vivência docente deriva da experiência da autora graduanda em Licenciatura em Letras - Português e Alemão como docente de Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento (doravante: PLAc) no projeto da instituição Cibai Migrações voltado para o ensino de português para a comunidade migrante, em especial a que está em situação de refúgio e similar. As reflexões apresentadas neste trabalho são, portanto, frutos da comunhão entre perspectivas teóricas e práticas. O objetivo é discutir a importância do ensino de PLAc na sociedade brasileira, que vem despontando como destino de vários grupos migrantes, mas também do reconhecimento da relevância da tradução e a interpretação comunitária como políticas linguísticas. Por essa razão, defendemos, ao final, a necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 5.182/2020, que busca instituir a tradução e a interpretação comunitárias, além de apresentar considerações sobre a importância do ensino de PLAc.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa que se vale de pesquisa bibliográfica e de vivências da primeira autora como ministrante de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), como informado na primeira parte deste resumo. No que se refere a este tópico, o método é indutivo, pois, partindo de uma experiência concreta, busca-se apontar caminhos para debates futuros sobre este tema ainda carente de reflexões acadêmicas. Apesar disso, discussões como as de Silva e Costa (2020) e Ramos (2021) amparam alguns debates.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

No Brasil, como em qualquer país que acolhe grupos em situação de vulnerabilidade humanitária, o ensino da língua hegemônica emerge como uma ferramenta essencial de mediação linguística e cultural. O ensino da língua predominante na sociedade hospedeira permite construir pontes, estreitar vínculos afetivos, incrementar a participação cidadã e favorecer a inserção efetiva

de pessoas recém-chegadas em uma nova sociedade. Assim, propicia um ambiente multicultural e multilíngue, no qual a língua se torna instrumento de pertencimento, como forma de inserção social, educacional, profissional e, tema muito caro ao nosso projeto, no acesso a direitos e a serviços públicos.

Nesse contexto, convém, antes de seguir o debate, comentar sobre possíveis abordagens de ensino da língua hegemonic (no nosso caso, o português). O português pode ser compreendido como uma língua global, podendo sua difusão constituir-se uma política de diplomacia cultural (Mendes, 2019). A língua é, de fato, difundida internacionalmente e não é raro que pessoas de todo o mundo dediquem-se a estudá-la e queiram até mesmo realizar testes de proficiência, como é o CELPE-Bras. Nesse caso, a gramática assume um papel central (MATOS, 1997). No entanto, essa não é a única abordagem possível.

O português como língua de acolhimento (ou, simplesmente, PLAc) é um conceito de "conotações mais humanitárias para designar a língua do país que acolhe pessoas em situações migratórias e que saíram da pátria-mãe por razões diversas" (RAMOS, 2021, p. 244). Nesse caso, "é urgente a sua aprendizagem [da língua] na pátria acolhedora de pessoas nessa situação, para que elas se insiram como cidadãos com direito a trabalho, escola, saúde, segurança, enfim, dando-lhe dignidade, e não apenas sobrevida" (RAMOS, 2021, p. 245). Nesse contexto, é a cultura que joga um papel central. A gramática, porém, não é de todo descartada. Ao menos, essa é a experiência da primeira autora deste trabalho, cuja prática precedeu a teoria, como se passa a apresentar.

A primeira autora deste trabalho atuou como docente de PLAc entre o mês de março a junho de 2025, no Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações, aqui referido como Cibai Migrações, com encontros remotos síncronos semanais, às quartas-feiras, com duração de duas horas (de 19h às 21h). Os encontros eram ministrados por duas professoras: a primeira autora, iniciante no ensino de PLAc, e a Professora Alessandra Baldo, do Centro de Letras da UFPel, já experiente no ensino de língua estrangeira. Essa vivência derivou da participação da primeira autora no projeto de pesquisa de que foi bolsista e permitiu ampliar as discussões empreendidas neste projeto. Este trabalho é fruto das conexões entre perspectivas teóricas e práticas. Aqui, discutem-se as práticas. As aulas foram planejadas com base em tópicos gramaticais que se desdobravam em explicações, práticas cotidianas e exercícios de fixação, tais como preenchimento de lacunas, questões dissertativas, optativas, interpretação de texto e redação. A correção das atividades contou com a participação ativa do grupo de aprendentes em todas as etapas. Embora não tenha sido utilizado material didático específico — devido à carência de recursos voltados ao ensino de português para migrantes no Brasil —, os conteúdos foram adaptados com apoio da professora Alessandra Baldo, cuja experiência com esse público foi essencial na elaboração dos materiais e condução das aulas. Os alunos, já inseridos na sociedade brasileira, aprendiam por imersão, mas relataram que comprehendiam melhor quando os professores explicavam com fala pausada, diferente da velocidade habitual dos falantes nativos. As atividades para casa eram propostas, mas poucos a entregavam, pois muitos alunos conciliavam os estudos com o trabalho. Para obtenção do certificado, exigia-se 75% de presença.

Além da língua, foram abordados aspectos culturais como feriados nacionais (Páscoa, Corpus Christi, Festa Junina), poesia, música popular brasileira e até a culinária, promovendo uma aproximação afetiva com a cultura local. A avaliação final consistiu na escolha entre dois temas: apresentação de um feriado brasileiro

ou de um prato típico do país de origem dos alunos, valorizando suas tradições e identidades. O trabalho conjunto entre as docentes permitiu uma abordagem dinâmica e variada, favorecendo o aprendizado. No contexto do PLAc, o foco não está apenas na gramática ou na cultura da sociedade acolhedora, mas sim numa perspectiva transcultural, que promove a mediação linguística e cultural como forma de acolhimento e integração.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, o ensino de PLAc é uma política linguística central na integração de pessoas em situação de migração, seja ela voluntária ou forçada. Ele deve ser provido pelo Estado e pela sociedade brasileira, incluindo universidades. Sua oferta deve ocorrer de forma gratuita e preferencialmente de forma remota e em horários compatíveis com a jornada laboral (noite e finais de semana), pois a situação de vulnerabilidade dos aprendizes não permite que deixem de trabalhar para frequentar aulas. Outrossim, em que pese a relevância do PLAc, ele não deve ser a única política de mediação linguístico-cultural da comunidade acolhedora de pessoas em situação em refúgio ou similar. Afinal, o tempo de aprendizagem do idioma hegemônico pode levar vários anos, sobretudo quando se trata de comunidade de línguas distantes, como é o caso da migração síria e afegã, por exemplo, que impactaram a história mais recente do Brasil. Qualquer que seja a nacionalidade e o(s) idioma(s) falado(s) pela comunidade migrante, no entanto, é dever da sociedade receptora prover ferramentas de tradução para viabilizar o pleno exercício da cidadania e promover o empoderamento e autonomia da comunidade migrante. Para isso, devemos implementar políticas de tradução comunitária. Nesse sentido, destaca-se a importância de institucionalizar tais políticas, conforme previsto no Projeto de Lei nº 5.182/2020, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATOS, Francisco Gomes de. Apresentação. In: ALMEIDA Fº, José Carlos P.; LOMBELLO, Leonor C. **O ensino de português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais.** Campinas: Pontes, 1997. p. 7 - 11.

MENDES, Edleise. A promoção do português como língua global no século XXI - um cenário a partir do Brasil. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019.

RAMOS, Ana Adelina Lôpo. Língua adicional: um conceito “guarda-chuva”. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**. Brasília, v. 13, n.1, p. 233–267, 2021.

SILVA, Flávia Campos; COSTA, Eric Júnior. O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua Estrangeira (PLE) no Brasil. **Horizontes de Linguística Aplicada**, Brasília, ano 19, n. 1, p. 125 - 143, 2020.